

O POVO, A GUERRA, A LIBERDADE: UM PROGRAMA POLÍTICO POPULAR DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA (1822-1823)

SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO*

Resumo: O processo de Independência do Brasil teve na Bahia um capítulo a parte. Tropas portuguesas ocuparam a capital – Salvador – e ali permaneceram até 2 de Julho de 1823, quando retiraram-se depois de uma longa e imóvel guerra, para que o Exército Pacificador – formado por voluntários baianos e tropas imperiais e liderado pelas elites baianas – pudesse libertar a cidade e finalmente a província se juntasse ao Império Brasileiro sob o governo de D. Pedro I. Dentro da guerra, porém, autoridades e proprietários tiveram uma preocupação, muitas vezes maior do que com os portugueses, com as classes populares e sua movimentação política, sendo donos de um potencial rebelde pautado por uma experiência política constituída ao longo de décadas. Este artigo busca identificar as formas de participação popular durante a guerra e sua relação com um possível programa popular inaugurado em 1798 na Revolta dos Búzios. *Palavras-chave:* Bahia – Independência – Povo

ABSTRACT: The process of Independence of Brazil had a remarkable chapter in Bahia. Portuguese troops occupied Salvador, the capital, and remained there up to the July 2nd, 1823. After that long and unmoving war, they left so that the "Exército Pacificador" – a army formed by "baianos" volunteers and imperials troops led by brazilians elites – could free the city and, finally, the province of Bahia joined to the Brazilian Emperor under the D. Pedro's I government. During the war, however,

the auctorities and land & slaves owners were much more worried with the popular classes and their political moving and their rebel power (acquired with experiences through decades) than the portugueses. This article tries to identify the forms of the popular participation during the war and its relation with a possible popular program started in 1798 in the "Revolta dos Búzios". *Key-words:* Bahia – Independence – People

Introdução

*“A Bahia tem a personalidade
de um país e o Dois de Julho é
seu principal mito de origem”.¹*

O visitante que chegar à Cidade do Salvador no dia dois do mês de julho, vai-se deparar com uma grande festa: o Desfile do Dois de Julho. Comemorada anualmente desde 1824, a festa rememora a libertação da cidade, em 2 de julho de 1823, pelas tropas do Exército Libertador, depois de longo sítio, retomando-a das tropas portuguesas que ali se haviam estabelecido desde os primeiros meses de 1822. O desfile conta, ao mesmo tempo, com a participação de pessoas das mais variadas classes, autoridades e membros do poder público, políticos dos mais diversos partidos e correntes ideológicas, e pessoas vindas de outras cidades. Parece sugerir uma harmonia em prol de um objetivo maior: ontem, a expulsão dos portugueses; hoje, a exaltação da Bahia livre.²

As interpretações historiográficas mais conservadoras³ também trabalharam com esta idéia de harmonia, apresentando a Guerra de Independência como um momento de consenso entre diferentes setores sociais frente a um inimigo comum: o “explorador” português. Em pleno processo de criação de um Estado com pretensões nacionais – território e discurso – haverá, como não poderia deixar de ser, e para além do óbvio embate entre portugueses e brasileiros na Bahia, forte tensão e disputa entre projetos políticos de setores sociais diferentes. Estes projetos, aliás, já vinham-se batendo desde finais do século XVIII, sendo o mais inequívoco sinal de crise do sistema colonial no Brasil.⁴

Os fatos agora analisados sugerem que, na Independência, assim como ao longo do tempo de “Bahia Rebelde”, as classes populares identificaram seus “inimigos” nas elites, buscando contrapor-se a elas e ao seu projeto conservador, numa relação de antagonismo, como episódio de “luta de classes” em andamento, como sugeriu Thompson:

“... las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (...) experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónicos, comienzan a luchar por estas cuestiones y en proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. La clase e la conciencia de clase son siempre las últimas, e no las primeras, fases del proceso real histórico”.⁵

... do que decorre que a luta de classes é anterior e necessária para a formação de uma classe, e que, desta luta a classe e a consciência de classe, podem ocorrer ou podem não ocorrer, posto que “... ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la ‘verdadera’ formación de clase en una determinada ‘etapa’ del proceso”. A partir da noção de que a apreensão de qualquer realidade histórica específica não é possível sem considerarmos que, além das questões estritas de classe aqui privilegiadas, questões étnicas e de nacionalidade, pelo menos, estão também postas, pretendemos contribuir aqui para a análise dos possíveis projetos políticos de que as classes populares pudessem ser possuidoras, e como estas, no decorrer da guerra, puderam fazer “política”, na tentativa de estabelecer cores populares ao Estado que ali nascia. Para tanto, utilizaram sua experiência de luta, resistência e negociação, na contraposição às elites baianas que, se não começa com o movimento de 1798, tem nele o marco da formulação e publicação de um projeto de cunho popular e mesmo “democrático”.⁶

Projetos de Brasil

O processo de ruptura colonial na América Portuguesa gerou uma entidade política inusitada: ao contrário da maioria das antigas áreas

coloniais na América, aqui se organizou um Estado unitário e monárquico, cujo representante maior e chefe do Poder Executivo era o herdeiro da antiga metrópole e dono de sérias pretensões absolutistas. Além disso, manteve-se a ordem social escravista e também excludente da maioria dos homens livres. Um Estado que significou um atraso, segundo Keneth Maxwell:

“Raramente (...) consideramos um movimento de independência como uma ‘coisa ruim’, como uma regressão, um triunfo do ‘despotismo’ sobre a ‘liberdade’, da ‘escravidão’ sobre a ‘liberdade’, de um regime ‘imposto’ sobre um ‘representativo’, da oligarquia sobre a democracia, da reação sobre o liberalismo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, todas essas acusações podem ser imputadas ao novo regime...”⁷

A montagem deste Estado, longe de ser uma fatalidade, constituiu-se, no desenrolar da crise colonial, na opção política das elites em seu projeto de conservação das suas bases de poder. Todavia, o seu estabelecimento não foi a simples inauguração deste “projeto vencedor”, como que gestado numa sociedade homogênea e sem conflitos, ou até sem classes sociais, que viessem a disputar espaço político. Ao contrário, o seu estabelecimento significou a derrota e a exclusão política da maioria da população livre e dos escravos, protelando em quase um século a sua entrada no cenário político da democracia formal no Brasil.

Muito já se escreveu sobre a sociedade baiana neste turbulento período de finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX – período ao qual Ubiratan Castro de Araújo denomina de “A Bahia Rebelde” – como uma sociedade bastante complexa. Para além da limitada e maniqueísta visão senhor-escravo, muitos historiadores têm apontado uma complexa malha social com diversos arranjos hierárquicos, envolvendo gradações de riqueza e propriedade, étnicas, profissionais, dentre outras. Apesar de esta afirmação valer também para o meio rural, é nas vilas do Recôncavo, e muito mais claramente em Salvador, onde teremos uma maior diversidade social e, segundo Kátia Mattoso, “as camadas intermediárias já formavam uma classe média que englobava todos os que conseguiam ganhar a vida pelo exercício de um ofício ou do comércio”.⁸

O que nos diz respeito aqui é, de um lado, a constatação de uma marcante camada social intermediária, apesar de bastante heterogênea, cujas especificidades funcionais levavam-na a expectativas e experiências políticas próprias, mesmo que não únicas, e que, na maioria das vezes, não tenha constituído um projeto político de Estado; de outro, a extrema heterogeneidade dos demais grupos, pois que, mesmo os grupos sociais de senhores e até mesmo os escravos guardavam diferenças, tensões e divisões internas.⁹ Portanto, é compreensível que tenhamos, mais do que o “projeto vencedor”, “projetos de Brasil”, ou pelo menos alternativas, ou ainda manifestações de desacordo, que irão confrontar-se diante do processo de criação do Estado brasileiro.

Um Projeto Popular

Ao chegar o tempo da guerra pela independência na Bahia, registra-se um razoável acúmulo de experiência política por parte das classes populares – homens pobres livres, libertos e escravos. Já se passavam duas décadas desde que uma proposta popular havia sido formulada e publicada pelos protagonistas do movimento de 1798, os quais, para Araújo, “além de pensarem no próprio soldo, apresentaram ao povo da cidade do Salvador as primeiras propostas concretas de resolução de uma crise urbana crônica que, ao mesmo tempo, configuravam uma avançada política de descolonização e de democratização da Bahia”.¹⁰

As demandas não eram novas, e nem haviam sido resolvidas, apesar das modificações ocorridas no período joanino (como, por exemplo, a liberalização do comércio), posto que, no âmbito das estruturas e relações sociais e de trabalho, muito pouco havia mudado. As classes populares ainda sofriam das mesmas mazelas que as haviam empurrado ao 1798: baixa remuneração, dificuldade de acesso a emprego, desigualdade e discriminação racial, além da escravidão. Por isso, ainda segundo Araújo, o povo baiano não esqueceu seus heróis de Búzios, nem sua pauta:

“Suas propostas foram retomadas e ampliadas pelos sucessivos movimentos e rebeliões populares baianas, entre 1821 e 1837, em um tempo de Bahia rebelde, o que terminou por configurar um programa político popular, cujos eixos principais eram a

República, a democracia representativa, a autonomia regional, a igualdade racial inclusive no acesso ao emprego público, a reforma econômica pela abertura de fronteira agrícola e a distribuição de sesmarias".¹¹

Assim, temos um quadro político mais coerente, contrapondo-se a um projeto vencedor, um projeto (ou mais) derrotado. István Jancsó, estudando a formação do Estado e da Nação brasileiros, indaga "quais foram os interesses sociais politicamente derrotados nos embates em meio aos quais deu-se a construção do Estado nacional brasileiro?". Ele mesmo propõe, em forma de hipótese, que "...entre os derrotados da Independência, (...) estão aqueles homens livres habitantes das cidades que eram donos de pouca ou nenhuma propriedade, gente cujas alternativas de futuro definiram-se então em seu desfavor".¹²

Este contingente pobre livre, que, como apontam diversos historiadores,¹³ constitui-se na Bahia em sua maioria de homens de cor, possuía um alto teor de rebeldia e construiria um programa político popular durante o período de "Bahia Rebelde" ou, pelo menos, uma pauta de reivindicações histórica. Apesar das limitações inerentes a este "programa" e das dificuldades para sua implementação imediata, as elites baianas percebiam com clareza (e, às vezes, com algum exagero) o "perigo" das formulações e rebeldias populares, e, ao conduzir a guerra contra os portugueses que ocupavam a capital baiana, permaneciam atentas às movimentações populares, com um olho nos portugueses, outro nos levantes de escravos e na "anarquia" popular, como denominavam as manifestações de homens livres pobres e libertos.

João José Reis analisou em seu artigo "O Jogo Duro do Dois de Julho" a atuação do "Partido Negro", durante a guerra de independência, o qual, mais como uma construção ideológica que uma real ameaça política à continuidade das elites no poder, ao som ainda vivo da revolta em São Domingos – Haiti, deixava a elite, além de atenta, mais unida por uma independência conservadora.¹⁴ O debate sobre a utilização de escravos no Exército encontrou um quase unânime desacordo entre os "homens bons", pois o "perigo" de se armar escravos em uma luta pela "liberdade" era a possibilidade de incentivá-los à rebelião.

É assim que, em correspondência ao Ministro José Bonifácio sobre diferenças e rusgas com o seu desafeto, o General Pierre Labatut, os membros do Conselho Interino de Governo escrevem:

*“Que as classes de côr tem no Brazil o maior ciúme por não entrarem promiscuamente nos empregos públicos, é verdade já incontestável (...) Muito convém ter a maior política com a situação destas classes, desarmando-as e desconsiderando-as delicada e prudentemente. (...) O General Labatut, dizendo estar firme destes princípios, ao contrário, formou um batalhão inteiro de libertos de escravos...”*¹⁵

Além da escravaria, que, apesar de seu potencial de revolta, não parecia aos olhos das elites – ao menos antes de 1835 e a Revolta dos Malês – como único setor social capaz de construir alternativas políticas, partilhamos com Jancsó a idéia de que o inimigo político mais visível do “projeto conservador”, ou o seu principal obstáculo, era, além da escravaria, “a massa de homens livres pobres das principais cidades do mundo luso-americano, gente que, com a crise do *anciên régime* na América, adentra o espaço de uma vida política, cujos limites desde há muito tempo vinha espasmodicamente forcejando”.¹⁶ Não é à toa que, em relatório enviado ao Imperador D. Pedro I, às vésperas do término da guerra, tanto lisonjeia o Presidente do Conselho Interino, Miguel Calmon du Pin e Almeida, a “paz” civil em que se encontra a província. Aponta ele como um dos mais importantes feitos do Governo Provisório e do Exército Libertador a superação de um quadro de desordem civil:

“Os Commandantes Militares eram independentes entre si; e a idéa de independencia passando d’estes para os Chefes de pequenos Corpos, as Companhias denovo creadas, produzio a geral insubordinação, que aguardava o horror da verdadeira, e já existente anarchia militar. (...) Corramos um espesso véo sobre as scenas de anarchia, e horrôr mais d’uma vez representados em diferentes pontos do Recôncavo. (...) A segurança pessoal era nenhuma; e, para que

*digamos tudo, não havia um Poder concentrado, e geral...*¹⁷

Durante todo o período da guerra, o Exército Libertador tinha que lidar, ao mesmo tempo e além da guerra, com insurreições civis, levantes de escravos e mesmo ataques indígenas, quando não era ele próprio, foco das desordens. As tropas baianas, formadas por homens livres e pobres, muitas vezes incorporados contra sua vontade, mal remuneradas e passando por maus tratos e privações, geraram, em diversas ocasiões, momentos de tensão em que elementos do “programa popular” afluíam, demonstrando claramente que, mesmo engajados, não esqueciam suas origens.¹⁸

Mas não eram só as tropas os focos de “desordens” e “anarchias”. Em diversas situações, civis manifestaram-se, no limite das suas possibilidades, algumas vezes, mas não só, ao lado das tropas. A sua participação nas batalhas contra o exército português ou mesmo nas manifestações no período imediatamente anterior à guerra (e mesmo nos movimentos “mata-maroto” pós-independência) está bastante registrada, assim como as suas manifestações de apoio ou desagravo no decorrer dos acontecimentos.¹⁹ Seja só como civis, estes conjuntamente com as tropas, ou apenas estas, os homens pobres livres, libertos e até escravos deixaram claro, com sua presença em vários episódios, que a “vontade do povo” nem sempre se compatibilizava com as atitudes e os objetivos do Conselho Interino e do comando do Exército Libertador – formado por membros das elites baianas – durante a Guerra na Bahia.

“... a vontade do povo...”

Ao se dirigir ao Conselho Interino de Governo, formado pelos representantes das vilas baianas durante a guerra (o qual respondia pelo lado brasileiro aliado a D. Pedro e pelo Exército Libertador) sobre a nomeação de um sargento-mor das ordenanças para a Vila de Nazareth, assim escreveu o Capitão José Feliz dos Santos Anjos:

“Vossas Excelências muito melhor sabem que a lei consiste na vontade do povo: o da minha Companhia (...) quer exclusivamente que o Capitão Francisco da Costa Faria seja o Comandante das Ordenanças

*deste Distrito e para isso já o aclamaram (...) Capitão".*²⁰

Outros comandantes, falando em nome de "Povo e Tropa", e sempre aludindo à "vontade do povo", exigiram a substituição do Sargento nomeado pelo de sua preferência, o Capitão Francisco da Costa Farias, alegando que "O povo obstinadamente o quer por seu comandante (...) e não reconhece por seu comandante senão ao dito Capitão". O malversado Sargento era o Joaquim José de Sant'Anna Lisboa, o qual, ao chegar em Nazaré para tomar posse, achou na vila "...uma absoluta rebeldia nos Oficiais do meu Terço, residentes na Povoação de Nazareth qual alucinados por vertiginosos princípios, e em um formal desprezo as Ordens desta Exma. Junta". Lisboa estranhou ainda a desautorização da população local de uma ordem do Conselho, a qual estaria inclusive legitimada "pela existência de um seu Deputado, que na mesma reside".²¹

Tais capitães desqualificaram Lisboa, alegando que ele "nunca servio na minima couza á cauza abraçada", classificado como "inimigo do nosso socego" e até referido como "rezidente em Jaguaripe". Por outro lado, Farias figura como alguém "que tinha e tem direito por seus duplicados serviços [...] de cidadão tão circunscrito". Entre implorações e exigências havia quem temesse a "efusão de sangue", caso não fossem contemplados em seu pleito povo e a tropa de Nazaré.

Mesmo com tantas manifestações contrárias, em 21 de outubro, Joaquim Jozé de Santa Anna Lisboa ainda respondia pelo posto a que fora nomeado pelo Conselho Interino, o que não pode ser interpretado como uma vitória dele e do Conselho, posto que, em correspondência desta data, relatou ainda insubordinações por parte de oficiais, que se recusavam a aceitar suas ordens.

O cargo em questão, apesar da aparente insignificância e de sua limitação à vila,²² ganhava importância política nos tempos da guerra. Responder pelas tropas auxiliares de uma vila reconhecida pela sua larga produção de um gênero como a farinha de mandioca, imprescindível para o sustento das tropas e da população em geral, tornava-se função importante pela escassez de alimentos que advinha da guerra. A distribuição destes suprimentos tinha que ser acompanhada de perto pelo Conselho Interino de Governo, que, aliás, teve como uma das primeiras

ações após sua constituição, a ocupação da dita vila de Nazaré para o controle da produção local de farinha.²³

O governo Provisório, nesse instante, era formado por representantes de diversas vilas, inclusive Nazaré, mas amplamente dominado por aquelas ligadas à produção agro-exportadora, as quais ocupavam os cargos mais importantes do Conselho, nas figuras de Francisco Elesbão Pires de Carvalho, por Santo Amaro, e Francisco Gomes Brandão Montezuma, por Cachoeira, os quais ocupavam, respectivamente, os lugares de Presidente e Secretário no dito Conselho. O próprio Lisboa era oriundo de uma vila que, além de mandioca, produzia açúcar, o que sugere que sua nomeação seria uma tentativa de implementar hegemonia política de um suposto “bloco” açucareiro dentro da coalizão de vilas representadas no Conselho, logo rechaçada pelos habitantes de Nazaré.

O estado de “anarchia” e “desordem” que Lisboa descreveu em suas correspondências merece maior atenção. Primeiro, saber dos oficiais em questão a que setores sociais pertenciam; depois, que relação construíram com o Povo e a Tropa, a ponto de se manifestarem publicamente contra Lisboa. Que soldados e populares não tivessem participado de manifestações contrárias à nomeação é pouco provável, posto que o próprio Lisboa concordou neste ponto com os oficiais seus opositores. O que nos interessa aqui é perceber o que esta mobilização pretendia, para além da nomeação de um ou outro comandante, quando se utiliza do termo “povo”, próximo ao sentido inaugurado em 1798, como argumento político para legitimar sua reivindicação.

Um povo e sua formação

A utilização do termo “povo” não era novidade em 1822, como também não o fora em 1798. Ele já era usado em Portugal para designar o Terceiro Estado, na construção simbólica da sociedade estratificada ao modo medieval e consolidada pelo “Antigo Regime” na Europa, ao lado do Clero e da Nobreza.²⁴ No entanto, no Brasil “a idéia de um ‘povo’ orgânica e constitucionalmente vinculado ao corpo da política e ao rei estava, em larga escala, ausente”.²⁵ Segundo Schwartz, o termo sumirá do vocabulário colonial, sendo substituído na designação das classes mais pobres, desprovidas de atuação política nas instâncias do Estado

Colonial, pelo termo “plebe”, de maneira pejorativa. Para o autor, a formação do “povo” enquanto entidade política é uma questão de “autocriação e autodefinição”, assumindo o termo com influências francesas em seu sentido inclusivo.

O grande diferencial para o termo é o caráter político adquirido nos boletins sediciosos de 1798. Ao conclamar o “povo bahiense”, fazia-se oposição imediata àqueles que participavam dos meandros do poder. O “povo bahiense” não acumulava riquezas, não ditava as leis, não calculava o valor das taxas e dos soldos, não possuía fazendas nem casarões. Daí a necessidade de subverter a ordem posta, através de um programa político alternativo, contendo proposta de igualdades e liberdades que só podiam privilegiar aqueles que delas eram privados: o povo mecânico, os pequenos proprietários e até os escravos, superando, em certa medida, as barreiras legais e materiais que cindiam os oprimidos entre cativos, libertos e livres, proclamando a igualdade entre “pretos, pardos e brancos”.

Apesar deste contingente urbano de homens pobres e livres (em sua maioria, negros e mestiços) não ter, no período que vai de 1798 a 1822, protagonizado nenhum grande episódio organizado de tentativa de revolução pautada no programa dos Alfaiates, as demandas não foram esquecidas. Homens pobres livres e, em alguma medida, escravos, marcaram, durante a Guerra, espaços de atuação política, tendo o aprendizado do acúmulo da experiência histórica de exclusão sócio-econômica e política que comungavam, levado-os a utilizar a autodenominação “povo”. O termo, a partir do sentido inaugurado em 1798, foi reelaborado através de seu acúmulo político e das especificidades históricas que a Guerra ora lhes apresentava.

Espremidos entre a guerra contra os portugueses e a disciplina militar a serviço da “ordem”, os homens livres pobres não encontraram nem conseguiram produzir o espaço necessário para o desenvolvimento e implementação de um programa político de Estado mais “democrático” e menos desigual, onde coubessem a si e aos seus sonhos. No entanto, sinalizaram, aqui e ali, de forma contundente ou sutil, a latência deste programa, que ainda iria aflorar em outros momentos da primeira metade do século XIX. Pressionaram os membros de uma elite concentrada na defesa de seus privilégios – e que havia optado por uma inde-

pendência conservadora – como puderam, fortalecendo-se através de uma entidade política com a qual buscaram identificar-se, tomando corpo e forma, acumulando experiência política, na medida em que antagonizava com aquela: “o povo”.

Notas:

*Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Agradecimentos especiais aos professores Dilton Oliveira de Araújo, João José Reis e Lina Maria Brandão de Aras.

¹REIS, João J. “O Jogo Duro do Dois de Julho: O ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. In: *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79.

²A Independência na Bahia é comemorada em diversas cidades do Recôncavo Baiano, em outras datas além do 2 de julho, que aliás é feriado estadual. Itaparica, 7 de janeiro; Santo Amaro, 14 de junho; Cachoeira, 25 de junho, dentre outras. Sobre as festividades do Dois de Julho em Salvador, ver: KRAAY, Hendrick. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX”. *Afro-Ásia*, Salvador: Mestrado em História, nº 23, pp. 49-87, 2000. Para as primeiras décadas do período republicano, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)* Salvador: UFBa/Mestrado em História, 1997.

³Ver: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957 e PINHO, Wanderley. “A Bahia, 1808-1856”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.

⁴Ver: RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 (“A Conspiração dos Alfaiates”)*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975. e JANCÓS, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁵ THOMPSON, E. P. “La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Clases sin Clases?”. in Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 37.

⁶Sobre a utilização dos termos “democracia” e “democrático”, utilizaremos, como Araújo (ver, adiante, nota nº 10), aqui não o seu sentido “doutrinário” clássico, mas no sentido geral da ampliação de direitos e participação populares nas instâncias políticas.

⁷MAXWELL, Keneth. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência”. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)* Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 181.

⁸MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 599.

⁹Entre os senhores de terras e escravos, encontramos diferentes graus de propriedade e de atividade econômica a que prioritariamente estavam ligados. Cf. MATTOSO. *Op. cit.* e BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Sobre os escravos e suas divisões, João Reis, em mais de uma obra, sinaliza as diferenças e mesmo rivalidades entre, por exemplo, escravos criolos (nascidos no Brasil) e escravos africanos. Cf. REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁰ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência”. *Revista Clio*. Recife: Pós-graduação em História-UFPE, n° 19, 2001, p. 25.

¹¹Idem, *Ibidem*. P. 25.

¹²JANCSÓ, Istvan. *Uma hipótese para o estudo das origens do déficit democrático da identidade nacional brasileira*. (inédito), pp. 11 e 13. Sobre os escravos, afirma: “Que tenham sido os interesses dos escravos aqueles que foram então politicamente derrotados (...) também não dá conta do problema, pois os escravos não participavam diretamente das confrontações políticas objetivando a construção do Estado, ainda que sua existência e as diversas formas de sua resistência definissem os limites a serem respeitados pelos protagonistas das confrontações políticas visando a arquitetura do poder naquela esfera.”

¹³Kátia Mattoso. *Op. cit.*, João Reis. *Op. cit.*, Stuart Schwartz. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, Ubiratan C. de Araújo. *Op. cit.*

¹⁴REIS, João J. *Op. cit.*

¹⁵APEB. Seção Colonial e Provincial. maço 637-2, fl. 39 e ss.

¹⁶JANCSÓ, Istvan. *Op. cit.* p. 3.

¹⁷ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. Salvador: Typographia Nacional, 1823. p. 3.

¹⁸“Que outra coisa estes soldados, oriundos das camadas mais pobres e humilhadas da população urbana, com armas à mão, poderiam fazer senão se transformarem em agentes da desestabilização da ordem que deveriam manter?” ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Op. Cit.* p. 13.

¹⁹Ver: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957. e TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

²⁰APEBa, Seção Colonial, maço 417, fls. 62 a 72.

²¹APEBa, Seção Colonial, maço 417, fl. 62

²²Ver: SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos*. pp. 97, 98 e 430.

²³TAVARES, *Op. cit.* p. 95.

²⁴MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. e ou SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995., capítulo 11.

²⁵SCHWARTZ, S. "'Gente da terra brasiliense da nação'. Pensando o Brasil: a construção de um Povo". In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000)* Formação: Histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 111.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo na Bahia: Comemorações do Dois de Julho (1889-1923)* Salvador: UFBa/Mestrado em História, 1997.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. Salvador: Typographia Nacional, 1823.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: UFBa/CEAO, 1998.

_____. "A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência". *Revista Clio*. Recife: Pós-graduação em História-UFPE, nº 19, pp. 7 a 27, 2001.

BARICKMAN, Bert. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANÇA, Antônio D'Oliveira Pinto da (org.). *Cartas Baianas, 1821-1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Uma hipótese para o estudo das origens do déficit democrático da identidade nacional brasileira*. (inédito).

KRAAY, Hendrick. "Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX". *Afro-Ásia*, Salvador: Mestrado em História, n° 23, pp. 49-87, 2000

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Keneth. "Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência". In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 181

MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

PINHO, Wanderley. *A Bahia, 1808-1856*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.

REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. "O Jogo Duro do Dois de Julho: O 'Partido Negro' na Independência da Bahia". In: *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUY, Afonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SCHWARTZ, Stuart. "'Gente da terra brasiliense da nação'. Pensando o Brasil: a construção de um Povo". In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação: Histórias*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 ("A Conspiração dos Alfaiates")*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

_____. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: v.1—A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.